

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Instituto Federal de Alagoas - IFAL
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Especialização em Desenvolvimento Organizacional
Campus Benedito Bentes

GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE: uma análise comparativa dos ODS na gestão pública do Estado da Paraíba e no Município de Vista Serrana-PB

Thaize Monteiro Dantas, Instituto Federal de Alagoas, tmd1@ifal.edu.br

Prof. Dr. André Leite Rocha (Orientador), Instituto Federal de Alagoas, andre.rochaa@ifal.edu.br

Resumo: O desenvolvimento industrial e o consumo desenfreado resultou em inúmeros problemas ambientais e para a sociedade, sendo assim, com o esforço conjunto de várias potências mundiais foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), esses objetivos possuem em suas diretrizes a idealização de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável. Diante disso, o objetivo geral do estudo é avaliar a série histórica de dados do IBGE para os ODS 1, 2, 3 e 4 no Estado da Paraíba e no município de Vista Serrana-PB, a fim de averiguar o desenvolvimento sustentável do município em comparação com o Estado. Para isso foi realizado um levantamento documental utilizando dados secundários da gestão pública para o desenvolvimento desses objetivos no município. Dessa forma, obteve-se como resultados que tanto o município como o estado trabalham para o desenvolvimento sustentável dos objetivos estudados, dando destaques nos serviços prestados relacionados à saúde e educação, enquanto que atividades voltadas para os objetivos 1 e 2 não são trabalhadas com a eficiência necessária para resolução dos problemas ocasionados pela pobreza extrema e pela fome.

Palavras-Chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Gestão Pública. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento industrial resultou em inúmeras comodidades para a sociedade, como a facilidade na obtenção de bens essenciais para a sobrevivência da humanidade. Entretanto, o uso não sustentável dos recursos naturais atrelado ao crescimento econômico e populacional causou sérios danos ao meio ambiente. Sendo assim, diante da preocupação com a escassez dos recursos naturais, líderes de grandes potências mundiais se reuniram para

debater e estabelecer diretrizes que países e seus gestores devem adotar para combater a degradação ambiental e a fome no mundo.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais possuem metas para combater a degradação ambiental, de modo conciliar a criação de uma economia sustentável contando com a participação ativa da sociedade e do governo (Brasil, 2016; nascimento, 2016).

Dessa forma, o debate sobre a sustentabilidade passou ser incorporado com mais frequência nas organizações das políticas públicas, tendo em vista que é por meio dessas políticas que a administração pública pode influenciar a sociedade e a economia para a criação de ações sustentáveis, tanto no setor econômico como social (Nascimento, 2016).

Faz-se necessário ressaltar que a pesquisa tem foco na administração pública de pequenos municípios, que de acordo com o IBGE, são municípios de 10.000 a 20.000 mil habitantes são classificados como municípios de pequeno porte I, já municípios de 20.001 a 50.000 mil habitantes classificam-se como pequeno porte II. além disso, os municípios de pequeno I representam cerca de 73% dos municípios brasileiros (Ibge, 2022).

A exploração dos recursos naturais acaba por ser um complemento para a economia dessas cidades. Tendo em vista isso, a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento de ações sociais tende a ficar em segundo plano, assim, o trabalho possui como objetivo geral avaliar a série histórica de dados do IBGE para os ODS 1, 2, 3 e 4 no Estado da Paraíba e no município Vista Serrana-PB, a fim de comparar os resultados para averiguar o grau de comprometimento tanto do estado como do município para desenvolver uma gestão sustentável na administração pública.

Analisando especificamente quais práticas para a erradicação da pobreza estão sendo realizadas tanto pela gestão do Estado como pela gestão pública municipal. Além de que, busca avaliar também o nível de escolaridade e a qualidade dos serviços ofertados à população no intervalo de 2010 a 2022 na Paraíba e em Vista Serrana.

Dessa forma, pretende identificar as ações tomadas pela gestão pública estadual e municipal para promover acesso à saúde e educação para a população paraibana e vista serranense. Ante o exposto, a problemática que se pretende averiguar é como os ODS 1, 2, 3 e 4 vêm sendo aplicados e desenvolvidos pela gestão estadual da Paraíba e pela gestão municipal de Vista Serrana-PB?

Sendo assim, o trabalho é justificado por analisar a realidade de um município de pequeno porte que representa a realidade administrativa de vários outros municípios que

compõem a estrutura geopolítica do Brasil, além disso, por o município ser de pequeno porte e portanto possuir maiores dificuldades em receber recursos financeiros por parte da União. Dessa forma, a exploração de seus recursos naturais é uma forma de conseguir renda para a administração municipal, diante disso, a preocupação ambiental e a qualidade de vida torna-se cada vez mais relevante para o estudo.

Ante o exposto, faz-se necessário entender como o município vem aplicando os seus recursos para promover o desenvolvimento sustentável na cidade. Tal realidade condiz com outros municípios, na qual deixa margem para uma expansão futura da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

A exploração dos recursos naturais vem ocorrendo desde os primórdios da humanidade, entretanto, após a revolução industrial a escala crescente da destruição desses recursos é um marco representativo da evolução das atividades empresariais. Sendo que, os seus efeitos negativos estão começando a ser questionados, sobretudo, porque não foi levado em conta o que esse crescimento no setor industrial provocaria ao meio ambiente (Bellen, 2013).

Nesse sentido, a temática do meio ambiente vem ganhando cada vez mais força nos dias atuais, uma vez que, com o passar do tempo se torna mais perceptível o grande desgaste dos recursos naturais, o qual vem provocando diversos problemas para a sociedade. Tal ocorrência requer que as pessoas e empresas repensem seus comportamentos e busquem mudanças para construir um ambiente sustentável (Zanatta, 2017).

Diante o exposto, a pauta da sustentabilidade passou por um longo processo para enfim se ter a visibilidade que apresenta nos dias atuais. Historicamente, começou a ser debatido a partir da publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson, que dentre sua narrativa aborda “à compreensão das interconexões entre o meio ambiente, a economia e as questões relativas ao bem-estar social” (Nascimento, 2016, p. 15). A partir dessa publicação a perspectiva ambiental passou a ganhar mais importância, no quadro a seguir apresenta as principais conferências realizadas pela ONU para debater sobre a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

Quadro 1: As principais conferências ambientais basilares para a criação dos ODS.

Conferência	Pauta Estabelecida
Estocolmo (1972)	A criação do conceito de ecodesenvolvimento proposto por Maurice Strong e futuramente complementado por Ignacy Sachs, que se baseia "na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento

	da natureza, com o intuito de evitar a cópia do modelo de crescimento Fordista" (Bellen, 2013, p. 47).
Nairobi (1982)	Foi realizado “um balanço do programa proposto em Estocolmo, assim como uma avaliação geral das condições ambientais em nível mundial” (Dias, 2017, p. 11).
Rio de Janeiro (1992 (ECO-92))	Considerada até mesmo nos dias atuais como "a grande responsável pelo acordo de celebração do modelo de Desenvolvimento Sustentável em caráter global” (Oliveira, 2011, p. 46). Durante a conferência também foi elaborada a Agenda 2021, considerada um dos principais documentos sobre a sustentabilidade.
Joanesburgo (2002)	Entre outros temas debatidos elaborou recomendações sobre como proceder em relação às medidas estipuladas pela Agenda 21, que deverão ser cumpridas por todos os países até o ano de 2015 tendo como objetivo frear a crise ambiental (Lago, 2006).
Rio de Janeiro (2012 (Rio+20))	Os principais assuntos abordados foram o “desenvolvimento da economia verde e redução da pobreza e como ampliar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável. Outros temas foram: energia, alimentação e agricultura, emprego e inclusão, cidades sustentáveis, água, oceanos e desastres naturais” (Araújo; Carvalho; Araújo, 2012, p. 74).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Apesar de todas as conferências realizadas os objetivos de sustentabilidade não conseguiram atingir as metas estabelecidas, sendo assim, após a conferência do Rio+20 a ONU idealizou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possuindo 17 objetivos e 169 metas, assim criando a Agenda 2030, na qual possui como propósito trazer soluções para problemas sociais, econômicos e ambientais em todo o mundo até o ano de 2030 (Brasil, 2016).

A Agenda traz como uma de suas resoluções o combate às desigualdades, além da construção de sociedades justas e inclusivas, nas quais ninguém é deixado para trás. Indica ainda que há interdependência e vinculação entre os objetivos estabelecidos para as diversas áreas para o atingimento do desenvolvimento sustentável, que incluem a erradicação da pobreza, o combate às desigualdades e a inclusão social. Assim, as metas e objetivos são caracterizados pela interconexão e pela transversalidade, sendo, de acordo com o documento que os institui, integrados e indivisíveis (Furtado, 2018, p. 16).

Vale ressaltar que a responsabilidade socioambiental passou de ser um fator competitivo para uma necessidade nas organizações. Sendo assim, Bellen (2013) ainda complementa que o desenvolvimento da consciência coletiva em relação ao meio ambiente induz as organizações tanto públicas como privadas a adotarem um novo posicionamento frente a criação de uma economia sustentável. Além disso, a preocupação com causas sociais passam a ser uma forma de conseguir publicidade positiva para essas organizações.

Ante o exposto, a administração pública possui um grande papel para o desenvolvimento de uma economia sustentável no país, uma vez que, “o poder público tem o poder de punir, corrigir e incentivar medidas que, além de serem ambientalmente justas, também fazem parte de seu interesse econômico” (Nascimento, 2016. p. 60). Além disso, Paludo (2013, p. 307) destaca que as políticas públicas são um “conjunto de meios, decisões e ações, que congregam diferentes atores e concentram esforços, utilizados pelos governantes como vistas a mudar uma realidade, efetivar direitos e atender necessidades públicas-sociais”, nesse sentido Rua (2012) destaca que essas políticas geralmente envolvem mais do que uma decisão, pois compreende diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas pelos governantes.

Tendo isso em vista, Barbieri (2016) ressalta que o envolvimento cada vez mais crescente dos Estados nacionais e as questões relacionadas ao meio ambiente e sua diversidade fizeram surgir uma variedade de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, possuindo objetivos seja para eliminar ou minimizar um problema já existente ou então para prevenir novos problemas ambientais. Posto isso, o autor ainda complementa que o Estado possui instrumentos de comando e controle que objetivam alcançar ações que degradam o meio ambiente, a fim de impor a organizações e indivíduos proibições, restrições e obrigações para a preservação do meio ambiente.

2.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A iniciativa da ONU para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável teve origem a partir da experiência com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no qual sua agenda esteve vigente entre 2000 a 2015. Os ODM se restringiam a oito objetivos, que buscavam promover o desenvolvimento dando destaque no combate à fome e à pobreza extrema (Onu, 2018; Furtado, 2018).

Dessa forma, surge a Agenda 2030 que além da erradicação da pobreza ser um dos principais objetivos também aborda outras pautas, como o desenvolvimento sustentável, além de promover o combate a desigualdade social (Onu, 2018).

Nesse sentido, vale destacar o objetivo 1, que visa acabar com a pobreza em todas as formas e em todos os lugares. Esse objetivo pretende garantir a mobilização de recursos através de uma variedade de fontes, para que assim se possa implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões (Brasil, 2016).

O objetivo 1 em suas diretrizes procura “criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis ao gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza” (Brasil, 20016. p. 25).

Nesse íterim, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) traz dados interessantes sobre a situação brasileira em relação à pobreza, de 2020 para 2021, no Brasil foi registrado o maior aumento em pontos percentuais (p.p) desde 1990, com um avanço entre 1,8 p.p e 4,7 p.p. tal situação não ficou mais agravada devido a programas sociais de combate a pobreza como o Auxílio Brasil, ao Benefício de Prestação Continuada e do Auxílio Emergencial. Entretanto, apesar dos esforços do governo brasileiro a taxa anual de pobreza saltou de 12,9% em 2012 para 15,7% em 2021 no Brasil (Ipea, 2023).

O objetivo 2 dos ODS aborda o combate à fome, visando alcançar segurança familiar alimentar, ao mesmo tempo que integra o desenvolvimento da agricultura familiar, o objetivo pretende “acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (Brasil, 2016. p. 26). Uma das metas desse objetivo é a criação de sistemas sustentáveis de produção de alimentos, implantando práticas agrícolas que aumentem a produção desses alimentos ao mesmo tempo que ajude a preservar os ecossistemas (Brasil, 2016).

O Brasil, considerado um dos celeiros do mundo, não é capaz de alimentar satisfatoriamente sua população, pois a riqueza nacional está concentrada nas mãos de poucos. Com isso, de acordo com os últimos dados disponíveis (Rede Penssan, 2021), cerca de 20 milhões de pessoas passavam fome em dezembro de 2020. Esse dado alarmante é anterior ao agravamento da pandemia da covid-19 no Brasil, portanto a situação deve estar muito pior ao final de 2021, quando este ensaio está sendo escrito (Ipea, 2022, p. 3)

Diante o exposto, o objetivo 3 apresenta uma série de metas para assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos. Dentre suas metas, o objetivo busca reduzir a mortalidade materna e infantil, além de reforçar o tratamento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

O acesso a educação sexual é um ponto importante a ser comentado, como também “apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento,

proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis” (Brasil, 2016. p. 28).

De acordo com o Relatório do Observatório da Criança e do Adolescente (2023) em novembro de 2022 no Brasil 90,2% da população estava imunizada contra a covid-19, além disso, as últimas informações obtidas no ano de 2021 pelo referido relatório, indica o índice de nascimentos e óbitos de crianças no qual apresenta reversão na queda das taxas de mortalidade infantil e na infância, com com aumentos de 3,5% e 3,8%, respectivamente.

Diante disso, no objetivo 4 da ONU promove assegurar a educação inclusiva e de qualidade, para que assim se possa criar oportunidades de aprendizagem igualitária para todos. Dentre suas metas, esse objetivo busca até 2030 que todas meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, com equidade e qualidade a fim de que resulte na aprendizagem eficaz (Brasil, 2016). O objetivo ainda ressalta a importância da existência de profissionais de educação capacitados para a formação dos jovens.

Nesse sentido, de acordo com a PNAD Contínua, pesquisa realizada pelo IBGE em 2022 aponta que 5,6% da população brasileira com mais de 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever no ano de 2022. Esse dado equivale a cerca de 9,6 milhões de pessoas (Ibge, 2022). Vale ressaltar que, os demais ODS são de fundamental importância, entretanto, diante do objetivo proposto do estudo, somente será abordado mais detalhadamente os objetivos 1, 2, 3 e 4.

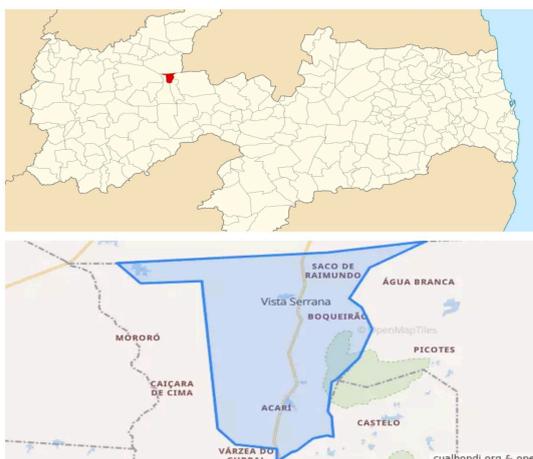
3. MÉTODO DE PESQUISA

Para o referido estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, sendo assim, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), faz-se necessário construir uma base científica sobre a temática abordada e assim realizar uma análise minuciosa do material científico. Dessa forma, foram utilizados livros, artigos científicos, monografias, teses e dissertações sobre o tema, tal fonte bibliográfica foi procurada em sites como Google Acadêmico e Scielo.

A pesquisa possui caráter exploratório descritivo, uma vez que “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2017, p. 32). Sendo assim, o autor ainda ressalta a importância de construir um planejamento flexível, para que assim, se possa considerar os mais variados aspectos do fenômeno estudado. A pesquisa também se caracteriza como documental, que, por sua vez, de acordo com Triviños (1987) fornece ao pesquisador uma grande possibilidade de conseguir informações sobre leis estaduais, decretos, planos de estudo, entre outros.

Assim, foi realizado um estudo com dados secundários utilizando como base pesquisas do IBGE entre o período de 2010 a 2022, tendo foco na análise sobre o nível de escolaridade, do combate à pobreza e o acesso à saúde no município de Vista Serrana-PB. O município fica localizado no Sertão do Estado da Paraíba, possuindo como região intermediária e imediata a cidade de Patos. Ele possui 60.390 km² de território e conta com população residente em torno de 3.641 pessoas (IBGE, 2022).

Figura 1: Localização do município de Vista Serrana no mapa da Paraíba.



Fonte: (Dantas, p.37, 2022).

Desse modo, pode-se perceber que o município é de pequeno porte, tanto em faixa territorial como populacional, condizente com a realidade de muitos outros municípios do sertão paraibano, o que torna um excelente objeto de estudo, sendo assim, para obter resultados satisfatórios também foram analisados relatórios encontrados no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e Leis, Decretos ou Documentos de cunho público fornecidos pela Prefeitura Municipal da cidade e pelas Secretarias de gestão do Estado que tenham como foco a aplicação dos ODS estudados na Paraíba e no município.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para conciliar o crescimento urbano com a preservação ambiental faz-se necessário aplicar ativamente estratégias de gestão relacionadas ao desenvolvimento sustentável de centros urbanos. Para tanto, os ODS trazem práticas sustentáveis que os representantes políticos devem aplicar em seus mandatos para diminuir a desigualdade social e garantir o crescimento sustentável da economia nos municípios e estados da União.

Entretanto, essa não é uma tarefa tão fácil de ser realizada, uma vez que, existe a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão, desde as tomadas de decisões na seleção

de políticas públicas que abordem atividades conectadas aos ODS, ao monitoramento e melhoria dos sistemas de avaliação da eficácia dessas políticas. Outro ponto que dificulta a implantação eficiente de mecanismos de governança para o desenvolvimento dos ODS na gestão pública é a falta de articulação entre ações dos três entes federativos e as desigualdades estruturais do território brasileiro (Enap, 2018).

Diante o exposto, faz-se necessário destacar que o local de estudo da pesquisa foi um município do sertão paraibano com 3.641 habitantes, configurando-o como município de pequeno porte I, dessa forma, os recursos disponíveis para a gestão são limitados, além disso, as informações disponibilizadas para a pesquisa em sites de transparência do município muitas vezes se mostram insuficientes ou até mesmo ausentes.

Portanto, diante da insuficiência de informações para abordar os ODS 1 e 2, optou-se por analisar esses dois objetivos em conjunto diante da similaridade existente entre eles, e pelo fato de que muitas das políticas e ações públicas os abordarem em conjunto para tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 1: Dados referentes aos ODS 1 e 2

	Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza (%). (2022)	Meta projetada para o indicador de pobreza (%). (2022)	Taxa para pessoas em alguma situação de pobreza (%). (2022)	Famílias cadastradas no Cadastro Único. (2023)	Gasto público com agricultura per capita (R\$). (2022)	Meta projetada para o gasto público com agricultura per capita (R\$). (2022)	Crianças nascidas abaixo do peso (%). (2022)	Meta projetada para crianças nascidas abaixo do peso (%). (2022)
Estado da Paraíba	42,23	0,00	46,48	1.155.422	55,68	54,06	8,31	0,00
Vista Serrana	45,40	0,00	50,01	2.879	127,06	54,06	11,90	0,00

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponíveis no portal de transparência do governo do Estado da Paraíba, IBGE e do município de Vista Serrana (2024).

Ao analisar os dados apresentados na tabela 1, podemos observar que tanto o estado como o município carecem de políticas públicas mais efetivas que tenham como objetivo

acabar com o índice de pobreza. Atualmente, a gestão pública do estado tem como uma de suas estratégias para reduzir a taxa de extrema pobreza a criação de projetos e parcerias para disponibilização de cursos profissionalizantes, visando assim maiores oportunidades de empregos para as pessoas em vulnerabilidade social. Tais cursos são ofertados pelo Senac, no qual disponibiliza os cursos e vagas a vários municípios da Paraíba, sendo que um dos principais critérios de análise para a seleção de vaga é o candidato pertencer ao grupo de baixa renda.

Em contrapartida, o município de Vista Serrana não possui programas sociais específicos para reduzir a taxa de pobreza extrema no município, sendo que a principal renda das famílias categorizadas em alguma situação de vulnerabilidade é o Programa Bolsa Família. Em 2024, Vista Serrana possui cerca de 613 famílias atendidas pelo benefício, totalizando 1.871 pessoas beneficiadas, o que resultou em um investimento de R\$416.143,00 (Brasil, 2024).

Além disso, o município através da Secretaria de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social apoiam essas famílias com cestas básicas, por exemplo, além disso, disponibiliza o Auxílio Natalidade, o qual a gestante recebe um kit de enxoval e higiene para o seu bebe. Outras atividades sazonais também são realizadas pela secretaria, proporcionando a essas famílias serviço de lazer, cestas básicas e outros mantimentos em datas específicas.

Analisando os dados no espaço temporal proposto no estudo, constatou-se que o município não obteve crescimento significativo na agropecuária sustentável, sendo documentado poucos casos ou até mesmo nenhum no decorrer dos anos estudados. De acordo com os dados apresentados pode-se destacar que o investimento na agropecuária não é prioridade para o combate à fome e a pobreza no município, sendo que a principal fonte de renda para as famílias em estado de vulnerabilidade social continua a ser o programa Bolsa Família. Esse fator, dentre outros, pode ser o causador de uma taxa elevada de crianças nascidas abaixo do peso.

Diante dos dados apresentados, pode-se perceber que em relação aos ODS 1 e 2 o Estado vem trabalhando para diminuir indicador de fome e pobreza, enquanto que a gestão municipal de Vista Serrana preocupa-se mais em lidar com as consequências da situação de pobreza e fome no município, em vez de procurar resoluções significativas para tratar desses problemas pela raiz.

Tabela 2: Dados referentes ao ODS 3.

	Vacinação (%) (2023)	Nascidos vivos (2022)	Casos de mortalidade infantil (2022)	Casos de mortalidade infantil por causas evitáveis (2022)	Óbitos registrados (2023)	Casos de doença diarreica aguda (2024)	Casos registrados de dengue. (2022/2023/2024)	Casos registrados de chikungunya (2022/2023/2024)
Estado da Paraíba	80	50.892	749	513	28.693	161.725	29.821/6.841/3.370	18.939/1.363/1.542
Vista Serrana	100	42	0	0	24	71	20/2/50	43/0/2

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponíveis no portal de transparência do governo do Estado da Paraíba, IBGE e do município de Vista Serrana (2024)

Dando continuidade à análise dos objetivos, o ODS 3 que aborda temas relacionados à saúde e bem estar, o município de Vista Serrana possui porcentagem acima de 100% em todas as vacinas estipuladas no Calendário Nacional de Vacinação da Criança (Governo do Estado da Paraíba, 2023). Ao analisar dados de vacinação de 2020 a 2024, percebe-se que uma das prioridades do município é elevar o número de pessoas vacinadas de todos os grupos etários, essa percepção também se estende para o Estado da Paraíba sendo que no quadro de vacinação todas vacinas, possuem taxa acima de 80% de pessoas imunizadas, exceto a Tríplice Viral - 2º dose que apresenta o valor de 65,90%, abaixo da média esperada (Selo Unicef, 2024; Governo do Estado da Paraíba, 2024).

Em relação à taxa de nascidos vivos, percebe-se que tanto o município quanto o estado possuem bons resultados na cobertura da atenção primária à saúde, sendo que o município possui índice de cobertura de 100% e o Estado de 92,64%. Com esses dados pode-se perceber o alto investimento que é efetuado na área da saúde tanto em Vista Serrana como na Paraíba. Entretanto, apesar do alto investimento, o Estado da Paraíba ainda registra uma taxa de mortalidade infantil de 14,72%, sendo superior à média brasileira que é de 13,3% mortes por mil nascidos (Governo do Estado da Paraíba, 2024)

Outro ponto que merece ser destacado é o número elevado de mortalidade infantil por causas evitáveis. O que traz o questionamento, será que essas mortes vêm acontecendo por falta de profissionais preparados? ou por quantidade insuficiente de equipamentos modernos? ou ainda ocasionado por longas e exaustivas horas trabalhadas pelos profissionais da saúde?

Para a resposta desses questionamentos, faz-se necessário averiguar profundamente a gestão na área da saúde a fim de descobrir os reais motivos que levam o estado a possuir uma taxa de mortalidade infantil tão elevada, deixando assim, margem para futuros projetos.

Diante dos valores apresentados para doenças evitáveis como a Diarreica Aguda cabe ao município e ao estado ampliar os seus esforços para reduzir as causas dessas doenças, sendo elas por exemplo, um controle rigoroso de saneamento básico. O mesmo pode ser indicado para reduzir os casos de dengue e chikungunya, além de incentivar massivamente campanhas de conscientização para os riscos dessas doenças e formas de combater possíveis focos no qual o mosquito aedes aegypti, transmissor da dengue, zika vírus e chikungunya, pode se proliferar.

Para concluir o debate sobre esse ODS, vale ressaltar que em termos de políticas públicas da saúde o Brasil possui o Sistema Único de Saúde (SUS) no qual possui equipes médicas de todas as especialidades e atendem de forma gratuita todos os brasileiros que necessitam de atendimento médico, e que apesar de suas falhas é o sistema de saúde que milhões de brasileiros recorrem por não poder arcar com os custos do serviço de saúde privado.

Tabela 3: Dados referentes ao ODS 4.

	Taxa de escolarização para crianças de 6 a 14 anos (%) (2023)	Taxa de alfabetização (%) (2022)	Taxa de analfabetismo para pessoas entre 15 a 19 anos (%)	Matrículas registradas no ensino básico. (2023)	Quantidade de escolas da rede pública de ensino (2023)	Docentes da rede pública de ensino (2023)
Estado da Paraíba	97,8	84	13,6 em 2022	203.098	595	17.000
Vista Serrana	92,9	-	8,14 em 2010	717	10	42

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponíveis no portal de transparência do governo do Estado da Paraíba, IBGE e do município de Vista Serrana (2024)

Dando continuidade à análise dos ODS, o objetivo 4 retrata a situação da escolaridade de qualidade para todos, nesse sentido os dados apontam que tanto o município de Vista Serrana como a Paraíba possuem excelentes indicadores no que diz respeito à escolaridade na rede pública de ensino. Em relação a taxa de alfabetização, o município não possui dados divulgados, o que mostra a falta de transparência dessa questão como em muitas outras.

Nesse sentido, de acordo com o censo demográfico de 2022, a taxa de alfabetização do Estado da Paraíba cresceu 5,9 pontos percentuais entre 2010 a 2022, alcançando assim 84%, tais números representam o segundo maior crescimento do país, ficando atrás apenas do Estado de Alagoas. Tais resultados apontam esforços governamentais em desenvolver a educação básica na Paraíba, dessa forma, o estado dispõe de um total de 595 escolas estaduais distribuídas entre seus municípios, as quais são divididas em 16 Gerências Regionais de Ensino (Governo do Estado da Paraíba, 2024).

Apesar da taxa de escolaridade em ambos ser elevada, o índice de analfabetismo para pessoas de 15 a 19 anos ainda é notável, percebe-se que as pessoas que compõem essa porcentagem, se trata de pessoas de baixa renda, a qual se veem obrigadas a deixar os estudos para trabalhar. Visando essa problemática, o governo brasileiro criou o programa de incentivo financeiro-educacional “pé-de-meia” para incentivar esses jovens a terminar os estudos, essa dentre outras estratégias podem contribuir para a redução da evasão escolar dos adolescentes.

O município de Vista Serrana, apesar de ser de pequeno porte I, possui um quantitativo de escolas que atendem com eficiência a população. Das 10 escolas, 1 é de ensino médio, 6 de ensino fundamental e 3 de ensino infantil. A quantidade de docentes é dividida entre as escolas para garantir que os estudantes recebam educação de qualidade em todas as fases do ensino. Dessa forma, é perceptível que tanto o município quanto o estado recebe anualmente um grande número de matrículas na rede pública de ensino básico.

Diante dos resultados apresentados, podemos observar que tanto o município quanto o Estado podem e devem melhorar e desenvolver de forma mais eficiente ações para tentar reduzir os indicadores de pobreza e fome. Enquanto os indicadores referentes a saúde e educação vem sendo bem trabalhados e desenvolvidos, resultando assim em acesso de qualidade a saúde e educação para a população paraibana e vista serranese.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico deve ser intrinsecamente atrelado ao desenvolvimento social e à preservação do meio ambiente, uma vez que, através do desenvolvimento sustentável é possível criar e manter uma convivência harmoniosa com a natureza. Visando essa questão, e diante dos acontecimentos climáticos que vêm preocupando grandes potências mundiais foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais buscam integrar o crescimento socioeconômico sustentável à gestão governamental dos países integrados à ONU.

Esses Objetivos possuem metas em que a gestão pública deve aplicar em sua administração para reduzir as desigualdades sociais presentes no país, assim como para ofertar serviços de qualidade nos quesitos de saúde, educação, segurança, saneamento básico, etc. Diante dessa perspectiva, para o referido trabalho foram analisados a aplicação dos ODS 1, 2, 3 e 4 no município de Vista Serrana-PB, no qual se teve como resultados que o município ainda é carente em ações relacionadas aos objetivos 1 e 2, sendo que políticas públicas podem e devem ser melhores trabalhadas para reduzir a fome e a pobreza no município e no Estado da Paraíba.

Já relacionado aos objetivos 3 e 4, tanto o Estado como o município de Vista Serrana investem massivamente em desenvolver e ofertar uma estrutura de saúde e educação de qualidade para a população. Os índices apontam que no intervalo temporal estudado, o Estado e Município passam por sua melhor fase no desenvolvimento da saúde e da educação. Vale ressaltar que alguns pontos devem ser revistos pela gestão, visto que a administração pública possui recursos escassos para manter suas atividades, e a eficiência e eficácia se tornam imprescindíveis para melhor alocação de recursos disponíveis para investimentos em melhorias de infraestrutura, profissionalização e equipamentos de qualidade nos serviços ofertados pelo município e pelo Estado estudados.

Dessa forma, para uma análise minuciosa do grau de comprometimento do município de Vista Serrana em aplicar uma gestão sustentável na sua administração, se faz necessário realizar posteriores estudos que abordem os demais Objetivos. Assim como, se faz necessário analisar esses objetivos profundamente em níveis governamentais da União e seus respectivos Estados, para averiguar o comprometimento da gestão pública em cumprir as metas dos Objetivos estabelecidos pela ONU, para que assim, se possa manter o nível de transparência requerido para esse assunto, dado que a gestão sustentável cada dia mais passa a ser uma necessidade para a preservação do meio ambiente e da sociedade como um todo.

Para concluir, faz-se necessário destacar que esse artigo teve fim, entretanto a pesquisa utilizada como base para a construção das ideias apresentadas e debatidas no estudo segue em andamento, uma vez que foi abordado uma pequena parte dos dados, e que diante da grande quantidade de informações que podem ser estudadas e debatidas é necessário dar continuidade a pesquisa abordando novas arestas e novos posicionamentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Geraldo José Ferraresi de; CARVALHO, Cesar Machado; ARAÚJO, Márcio Ferraresi de. A conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável - Rio + 20

e os resultados frente ao cenário político econômico euro americano. VIII Fórum Ambiental da Alta Paulista, Eixo temático nº 5: Direito ambiental, políticas públicas e sociedade, v. 8, n. 5, 2012, p. 66-82. Disponível em: https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/download/289/433#:~:text=A%20Rio%2B20%20ocorreu%20simultaneamente,pa%C3%ADses%20da%20zona%20do%20euro.. Acesso em: 02 de nov 2023.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** / José Carlos Barbieri. - 4. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.

BELLEN, Hans Michael van. Gestão ambiental e sustentabilidade / Hans Michael van Bellen. – 2. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

BRASIL. Monitoramento das DDA. 2024. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/dda.brasil/viz/MonitoramentodasDDA/1-MonitoramentoBrasil2024> acesso em 19 de nov. 2024.

BRASIL. Portal de transparência. 2024. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/registros> acesso em: 20 de nov 2024.

BASIL. Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município / Vista Serrana. 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html> Acesso em: 12 de ago. 2024.

BRASIL. Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio): Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 05 nov 2023.

DANTAS, T. M. Gestão e políticas públicas de resíduos sólidos urbanos: análise das práticas da gestão do município de Vista Serrana - PB / Thaize Monteiro Dantas. - 2022 Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/27297> Acesso em: 06 de nov 2023.

DIAS, Edson dos Santos. Os (des) encontros internacionais sobre meio ambiente: da conferência de Estocolmo à Rio + 20 - Expectativas e contradições. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 39 v. 1, p. 06-33, Jan./Jun., 2017 Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/3538/4453>. Acesso em: 04 nov 20223.

ENAP. Desafios e condicionantes para implementação da Agenda dos ODS na administração pública federal brasileira. -- Brasília: Enap, 2018.

FURTADO, N. F.. A Agenda 2030 e a redução de desigualdades no Brasil: Análise da meta 10.2. Enap: Escola Nacional de Administração Pública. Brasília – DF Junho/2018

GIL, Antonio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa / Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Ano letivo 2024 da Rede Estadual de Ensino começa nesta quinta-feira em toda a Paraíba. 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/ano-letivo-2024-da-rede-estadual-de-ensino-comeca-nesta-quinta-feira-em-toda-a-paraiba#:~:text=No%20total%2C%20s%C3%A3o%20595%20escolas,estudantes%20da%20melhor%20maneira%20poss%C3%ADvel>. Acesso em: 07 de out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Censo: Paraíba registra avanço na alfabetização com apoio de programas e ações do Governo do Estado. 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/censo-paraiba-registra-avanco-na-alfabetizacao-com-apoio-de-programas-e-acoes-do-governo-do-estado#:~:text=A%20an%C3%A1lise%20por%20faixa%20et%C3%A1ria,foi%20de%202%2C7%25>. Acesso em : 07 de out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Informativo Imunização Nº 02 de 21 de Dezembro de 2023 - Análise de cobertura das vacinas de rotina do Estado da Paraíba de Janeiro a Outubro de 2023. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/vigilancia-em-saude/informativo-cobertura-vacinal-2023.pdf> Acesso em: 15 de set 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Paraíba tem o terceiro maior índice de analfabetismo do Brasil, aponta estudo do IBGE. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/06/07/paraiba-tem-o-terceiro-maior-indice-de-analfabetismo-do-brasil-aponta-estudo-do-ibge.ghtml> Acesso em: 20 de nov de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Paraíba tem mais de 13 mil casos de dengue. 2024. Disponível em: [https://auniao.pb.gov.br/noticias/geral/paraiba-tem-mais-de-13-mil-casos-de-dengue#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Estado%20da,zika%20\(0%2C57%25\)](https://auniao.pb.gov.br/noticias/geral/paraiba-tem-mais-de-13-mil-casos-de-dengue#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Estado%20da,zika%20(0%2C57%25)). Acesso em 18 de nov. 2024

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Programa Senac Gratuidade. 2024. Disponível em: <https://pb.senac.br/programa-senac-gratuidade/> Acesso em: 20 de nov. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Primeira infância primeiro. 2022. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/> Acesso em: 17 de set 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama de Vista Serrana PB 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/vista-serrana/panorama> Acesso em: 06 de nov 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 10 de nov 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Brasília: Inep, 2024. Disponível em

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>> Acesso em: 28.05.2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Notas de política social. 2022. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/27/BPS_29_nps3_combate_fome.pdf

Acesso em: 10 de nov. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Taxas de pobreza no Brasil atingiram, em 2021, o maior nível desde 2012. 2023. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13509-taxas-de-pobrez-a-no-brasil-atingiram-em-2021-o-maior-nivel-desde-2012> Acesso em 10 de nov 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2003.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio e Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília, 2006.

NASCIMENTO, L. F. Gestão ambiental e sustentabilidade. 3. ed. rev. atual. - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. / UFSC: [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. 148 p.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023. 2023. Disponível em:

https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/035/original/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2023.pdf.pdf?1678125969 Acesso em: 10 de nov de 2023.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD - 1992 (ECO-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 43 – 56, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/21/21>. Acesso em: 02 nov 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 01/03/2018.

PALUDO, A. V. **Administração pública: teoria e mais de 700 questões** / Augustinho Vicente Paludo. Imprensa: Rio de Janeiro, Elsevier, Campus, 2013.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SELO UNICEF. Vista Serrana-PB. 2024. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/selometro> Acesso em: 17 de set. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação / Augusto Nivaldo Silva Triviños. - São Paulo: Atlas, 1987.

ZANATTA, Paula. Gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável. Revista gestão e sustentabilidade ambiental, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 296-312, 2017. Disponível em: https://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/5567/3338. Acesso em: 04 de nov 2023.